



VIRGEM MARIA: PARADIGMA DA “SUPERIORIDADE ESPIRITUAL FEMININA”

Vera Irene Jurkevics

A figura histórica de Maria, a mãe de Jesus, configura-se como um desafio para os estudiosos do cristianismo, pois, apesar da poucas informações a seu respeito, restritas a algumas poucas menções bíblicas, é inegável a força de sua presença junto a uma parcela considerável da humanidade.

A escassez de dados impediu que determinadas crenças a seu respeito fossem questionadas, e possivelmente este fato justifique a intensidade de sua devoção, ao longo de 2 mil anos.

Suas primeiras aparições se deram nos Evangelhos de Lucas e de Mateus, que apontaram a revelação do anjo Gabriel acerca de sua concepção do Filho de Deus. Depois, seu nome foi citado em ocasiões especiais quando visitou sua prima Isabel, o nascimento, a pregação de Jesus no Templo, as bodas de Caná, a crucificação e morte na cruz de seu filho e, por fim a hierofania de Pentecostes.

Estudos revelam, no entanto que, se seu perfil foi delineado a partir das Escrituras, seu culto teve início desde muito cedo pelas comunidades cristãs dos primeiros tempos. Ambrógio Domini, em *História do Cristianismo* defende que a compilação e difusão tardia dos Evangelhos, permitiram que a tradição oral se encarregasse de preencher determinadas lacunas acerca de Jesus e, naturalmente, de Maria.

Assim, o culto mariano presente desde a Igreja primitiva, foi formalmente aprovado no Concílio de Éfeso, em 431, prevalecendo durante o medievo a veneração à Virgem como a mais importante entre todos os santos, por sua posição especial como intercessora de todos os pecadores no dia do Juízo Final. Em Constantinopla, em 553, os conciliares determinaram a excomunhão de todos os que não aceitassem a maternidade da Virgem, a mãe de Jesus.

Nesse contexto, escritos de autores patrísticos como João Crisóstomo, Ambrósio e Agostinho, doutores da Igreja, reforçaram a identidade de Maria como um modelo de santidade, que culminou com sua imaculidade, em 1854, por Pio IX¹ e de sua assunção aos céus, em corpo e alma,

¹ Segundo Ambrógio Domini, aquele papa teria se servido da isenção do pecado original como forma de combater a irracionalidade do liberalismo laico do século XIX.



matéria dogmatizada, em 1950, por Pio XII, que expressava, sobretudo, “a preocupação com a função de Maria no Corpo Místico, enquanto mediação, co-redenção e maternidade espiritual”².

Assim, se por um lado Maria ainda representa um desafio histórico, por outro, sobretudo aos olhos da fé, transformou-se em um paradigma feminino para toda a cristandade. Para Clodovis Boff, se doutrinariamente é errado adorá-la, já que só se pode adorar a Deus, ela representa algo como uma “deusa oculta”³.

A proliferação de suas festas⁴ e das orações privadas a ela passou a ser uma característica na maioria das literaturas cristãs em vernáculo, tanto da cavalheiresca, quanto da camponesa, e indicam seu papel privilegiado nas devoções populares, enquanto a Ave Maria, oração em seu louvor, e os hinos tornaram-se elementos destacados na literatura e no culto institucional, considerada *Master Ecclesiae* com ênfase em sua feminilidade, suavidade e humanidade. Abaixo de Jesus Cristo é o nome mais evocado na Religiosidade Popular e, o feminino mais próximo da comunhão.

Da simplicidade de Nossa Senhora de Lourdes, na França, ou da aparição de N. S. de Fátima aos três pastorinhos em Portugal, ao exotismo de N. S. Aparecida no Brasil, passando pela N. S. do Cobre, em Cuba e N. S. Czestochowa, a Senhora Negra dos poloneses, até a eslava N. S. de Kazam, a figura de Maria impera como N. S. de dois mil nomes⁵, de mil faces e de milhões de devoções. Dessa forma, o fenômeno mariano configura-se como um tema quase inesgotável no estudo das Ciências da Religião, embora a questão de Gênero e Religião, ainda seja uma vertente de muitas possibilidades de investigação.

Nesse sentido, este trabalho objetiva desenvolver uma análise sobre os papéis e a dignidade da mulher, sob uma perspectiva religiosa da Igreja Católica, com ênfase em uma comparação das figuras bíblicas de Maria e de Eva, sustentada na discussão de gênero, de circularidade cultural e de representações sócio-culturais.

SANTIDADE E PECADO: MARIA E EVA

² BARAÚNA, Guilherme. A Caminho de uma Teologia e Pastoral Mariana mais Ecumênica. *REB*, v. 23, n. 2, jun. 1963, p. 333.

³ *Maria na Cultura Brasileira: Nossa Senhora e Iemanjá*. Petrópolis: Vozes, 1995.

⁴ Dois de fevereiro, Purificação, após o nascimento de Jesus; vinte e cinco de março, Anunciação ou Dia de N. S.; dois de julho, Visitação; quinze de agosto, Assunção e oito de setembro, Natividade, além do mês de maio, no calendário litúrgico, lhe ser inteiramente dedicado.

⁵ Mais de 2 mil títulos, dão uma idéia do tamanho de sua devoção. Alguns nomes têm origem litúrgica, outros em lugares onde o culto se iniciou, outros ainda são atribuídos a determinados momentos (como N. S. do Bom Parto, da Boa Viagem, entre outros); com tantos nomes a Virgem assume diferentes feições, vestimentas, cores de pele, reveladoras do pensar e do sentir das mais diferentes culturas.



Teresa Martinho Toldy, teóloga portuguesa⁶, aponta uma Igreja que procura identificar Eva com aquilo que a mulher é e Maria com aquilo que deveria ser. Para a autora, Eva, figura no Antigo Testamento, na generalidade de todas as mulheres, cuja essência é naturalmente pecaminosa, enquanto, Maria, representa um caráter único perante todas as outras mulheres, o padrão da superioridade espiritual feminina, em que se evidenciam as noções de virgindade, de pureza e de castidade, além da maternidade. Para a Igreja, a Virgem Maria é o modelo a ser seguido, embora intrinsecamente impossível de ser alcançado, dada a Sua natureza.

Nessa linha, temos, portanto, a representatividade dicotômica do gênero feminino, através da associação Eva, mulher pecadora e Maria, mulher divina, que ao longo do tempo, vêm enquadrando o valor social das mulheres. Se temos, de um lado, a desobediência de Eva a Deus, causa de sua queda e a “morte” de toda a humanidade, por outro, Maria representa a obediência, origem da salvação de si mesma e de todos os filhos de Deus. Assim, o ato de desobediência e rebeldia de Eva foi redimido pelo da outra mulher, que originou a redenção do mundo, com o nascimento de Jesus, o Salvador.

O conceito de pecado, associado ao pecado original, reflete a experiência de Adão e Eva e o mau uso da liberdade humana. No discurso cristão, Eva é vista na exata dimensão daquilo que a mulher é, enquanto Maria, modelo de virtude, como toda mulher deveria ser, o resultado da soma de esposa obediente e submissa, mãe zelosa e amorosa e dona-de-casa abnegada exemplar.

A maternidade assume em Maria um significado de ações práticas para as próprias mulheres, no que se refere aos seus papéis, tanto no âmbito doméstico, quanto social. Nesse sentido, a hierarquização sexual e conseqüente dominação masculina, necessariamente passam pela perspectiva das características femininas, sobretudo a capacidade de dar à luz, considerada algo fundamental à feminilidade e que sustentaram as construções sociais de gênero.

A diferenciação biológica entre os sexos surgem como justificativa natural na construção cultural desse conceito, isto é, da distinção entre gêneros, em que o papel social da mulher identifica-se com a maternidade e o domínio do lar e do privado. Na visão da Igreja, nada é mais importante para a mulher que cuidar do marido, dos filhos e do lar, por isso, não raro, membros do clero depreciaram o trabalho feminino fora de casa, justificando ser ele prejudicial à vocação fundamental da mulher, uma vez que contraria, pelo menos em parte, a natureza física e psicológica da mulher. Vários textos católicos enfatizam não somente a necessidade da pureza espiritual feminina, como também da visibilidade dessa pureza.

⁶ TOLDY, Teresa M. *Deus e a Palavra de Deus na Teologia Feminista*. São Paulo: Paulinas, 1996.



Assim, a castidade, transcende o domínio da mulher sobre si mesma, é necessário convencer aos outros, através de um modo de vida “impecável”, definido por um padrão daquilo que a mulher deva ser, ainda que nunca alcance a natureza virtuosa e imaculada de Maria.

As questões da desigualdade de gênero, da hierarquia sexual e do lugar da mulher estão sendo, mais recentemente, analisadas no interior a Igreja Católica. Nesse sentido, alguns defendem que o Cristianismo, ao longo dos tempos, tem sido fundamental na definição do espaço reservado à mulher, que de forma geral, é vista idealizada como dona-de-casa casta, “auto-reprodutora”, submissa ao marido, recatada e sem autoridade, quer no âmbito familiar, quer no social. Nesse sentido, a imagem da mulher veiculada pela Igreja Católica é tida como fator determinante quanto à perpetuação de desigualdades associadas ao gênero feminino *versus* o masculino.

Assim, entendemos que as imagens em que as mulheres são emolduradas, são estabelecidas institucionalmente e, aceitas, passivamente por elas mesmas, e pelo conjunto de fiéis, uma vez que “existe uma grelha que tende a fixar imagens prototípicas, isto é, modelos e padrões que balizam a sua visão de mulheres e que lhes são apresentados como ideais dos quais elas se devem aproximar”⁷.

Os textos relativos ao pecado original justificaram, repetidas vezes, a subordinação feminina. Em *Gênesis*, existem duas versões para a criação de Eva. Inicialmente, homem e mulher foram criados a partir do pó, portanto de uma mesma natureza. Uma segunda versão, no entanto, Eva foi criada a partir de uma costela de Adão, afastando-se materialmente da imagem e semelhança de Deus e, reforçando o entendimento de que se tratava de um ser derivado de outro e concebido para ele. Na 1ª Carta a Timóteo, a hierarquia se define nas relações sociais, tanto quanto nas relações de poder, pois “Não permito à mulher que ensine nem que se arrogue autoridade sobre o homem; convém que permaneça em silêncio, pois Adão foi formado primeiro e depois, Eva” (2:13).

Em outro momento foi Deus quem submeteu Eva à obediência a Adão, devido à Queda Original. Aquilo que de início havia sido determinado por Deus como uma relação entre iguais, foi ressignificada: dominação masculina e dependência feminina. Logo, traços marcantes do feminino foram “encarnados” por Eva, e transmitidos, por extensão, a todas as mulheres, delineando seus pensamentos e atitudes morais, que deveriam primar pela renúncia do corpo e do prazer corporal, traduzida por uma aparência e um comportamento absolutamente casto. Afinal, não bastava não pecar, era necessário evitar que os homens pecassem.

⁷ TOLDY, Teresa Martinho. As Mulheres na Igreja Católica: luzes e sombras ao longo da história. *Revista Teológica*, Vol. XXXII, n. 2, Braga, PP. 219-245.



Estas diretivas da Igreja relativas à aparência visual da mulher e de seu corpo, referem-se, em boa parte, pela transformação que ocorre por consequência da desobediência de Eva e que reside na passagem de um estado paradisíaco de nudez sem vergonha para um de nudez consciente e pecaminosa.

Dessa forma, ficam evidenciadas as ligações entre mulher, pecado e corpo. À mulher foi atribuído o poder da sedução, e ao longo do tempo, sobretudo no medievo, acusada de ligações demoníacas, configurando-se como um instrumento do Mal. Seu caráter corporalmente atraente é marcado por sua degradação moral, logo dialeticamente perigoso pela própria atração que exerce nos homens. O discurso da Igreja expressa bem esta visão que apela à renúncia do corpo e do prazer corporal por parte da mulher e à aparência de total pureza, caso contrário, não é apenas ela que peca contra o pudor, mas leva igualmente os homens a pecar.

MARIANISMO: O CONTRA-PODER DAS MULHERES

Enquanto a Bíblia fez apenas algumas referências sumárias à Virgem Maria, a teologia católica elaborou um tratado mariológico independente e volumoso. Frei Guilherme Baraúna⁸, da Pontifícia Academia Mariana Internacional, sediada em Roma, enfatiza que,

A Igreja Católica de hoje transformou a menina anônima em Rainha do Céu e da Terra, Superior a todos os homens e a todos os coros angélicos (...) a Bíblia e o cristianismo primitivo descrevem como uma peregrina frágil e escondida; o catolicismo posterior criou uma Virgem singular, sem pecado algum, isenta mesmo da mancha que pesa sobre todos os filhos de Adão; ao invés de uma donzela que participou dos titubeios e vacilações dos apóstolos acerca da natureza e da missão de seu filho (...) a Teologia de hoje se compraz em admirar uma criatura de todo singular, dotada desde o início de um conhecimento perfeito e de uma fé que não admite progresso (...) Ao invés de uma mulher, da qual Cristo quis separar-se para obrar sozinho a redenção, o catolicismo de hoje nos apresenta Maria, obrando com seu Filho, Jesus Cristo, a obra da regeneração (1963, p. 629).

Nesse sentido, a ênfase recai na pregação de que fora de Maria, não há possibilidade de se chegar a Jesus e a Deus. Baraúna avalia que, quanto mais foi salientada, no mundo ocidental a natureza humana do Messias, especialmente na imagem do Menino Jesus do presépio e no homem das dores do Calvário, especialmente na Idade Média, gradualmente, para preencher um vazio, passou-se a atribuir a mediação e a intercessão de Maria junto a Deus. Assim, a teologia e a piedade dos fiéis, acabaram acentuando a concepção de uma intervenção mariana como a medianeira de todas as graças, exaltando sua grandeza, primeiro por ter gerado o Filho de Deus, como também, por ter acreditado em Sua palavra e tê-la colocado em prática.

⁸ BARAÚNA, Guilherme. A Caminho de uma Teologia e Pastoral Mariana mais Ecumênica. *REB*, vol. 23, n.3, set. 1963, pp. 623-657.



Dessa forma, acentuou-se a tendência de privá-la de tudo o que é humano, para transpô-la à esfera do transcendente e do divino, cuja maior expressão é a sua Assunção, momento de sua elevação aos céus. Por isso, apesar de doutrinariamente ser inadequado adorar Maria, pois só Deus deve ser adorado, ela é venerada como salvadora e representa um ser semi-divinizado, paradigma de submissão, de sofrimento e de pobreza, em função de seu papel maternal idealizado, no interior da família sacramental.

De acordo com Roger Chartier, a representação de Maria evidencia uma ausência, de sua substância humana, enfatizando uma clara distinção entre “o que representa e o que é representado”, ao mesmo tempo em que pressupõe uma presença, “a apresentação pública”⁹. É o ideal a ser seguido por todas as mulheres, ainda que se reconheça, antecipadamente, a incapacidade de materializá-lo.

Por isso, esse modelo mariano, de certa forma, sugere um sentido de culpabilidade, para as demais mulheres, pela impossibilidade de realizarem uma maternidade virginal, e de salvarem sua família e a sociedade, apesar de que religiosa e culturalmente esta seja sua atribuição e, talvez, a única ocasião de valorização das mulheres no âmbito institucional católico.

A circularidade cultural, de acordo com o conceito bakhtianiano, desta forma, está posto, continuamente, quando se projeta como ideal a santidade feminina, mas se responde, de forma antecipada, que todas as mulheres são, em essência, pecadoras.

Nesse enquadramento, com todas as suas representações históricas, culturais e ideológicas, as mulheres são objetivadas, dicotomicamente, ora como sedutoras, ora como salvadoras, no entanto, essas articulações culturais exigem mais do que uma leitura linear para que se possa compreender o marianismo como um contra-poder feminino, quando a natureza superior dos homens, é considerada desvalorizada porque associada ao sexual, enquanto as mulheres, de natureza inferior, assumem um caráter benigno, porque assexuada.

Nesse sentido, Zaíra Ary¹⁰, enfatiza que,

Se a virgindade de Maria, como Mãe do Filho de Deus, é o ponto de sua “divinização”, e se desta civilização emana seu imenso poder simbólico eficazmente atuante nas consciências dos cristãos, é possível também afirmar que as ‘autênticas mães cristãs’, como ‘cópias de Nossa Senhora’, por sua suposta ‘superioridade’ espiritual, detêm, elas também, um poder simbólico de natureza cultural-religiosa incrementado nas mães pela pregação religiosa (2000, p. 79).

Dessa forma, estabelece-se a relação entre a maternidade sagrada e a humana, em que o ideal religioso de Maria se transforma em paradigma para a sociedade e, evidencia-se o papel das

⁹ CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. *Estudos Avançados* 11 (5), 1991, p. 184.

¹⁰ ARY, Zaíra. *Masculino e Feminino no Imaginário Católico: da Ação Católica à Teologia da Libertação*. São Paulo: Annablume/ Fortaleza: Secult, 2000.



mães, quanto às suas filhas, educando-as para que sigam dois modelos, o de Maria, e o seu próprio, e a dos filhos, para que tenham uma sexualidade equilibrada, para que não caiam nas garras das ‘sedutoras’, substancialmente pecadoras.

Vale ressaltar ainda que para a Igreja existe somente uma possibilidade de santidade feminina, a das mulheres dedicadas à vida religiosa, através de alguma congregação. A vida de clausura é apontada como a mais próxima da idealização santoral.

O historiador Euclides Marchi¹¹, destaca o documento episcopal *Constituições Eclesiásticas Meridionais do Brasil*,¹² de 1915, em *De Santas a Suspeitas e Pecadoras*, e aponta que nele o clero defendia que

as sagradas virgens eram consideradas as flores mais mimosas do seu jardim e a porção mais ilustre da grei de Cristo (...) Feliz do povo que tem um convento, em que floresça a observância regular! É um relicário do céu, flor da árvore eclesiástica, honra e formosura da graça e margarida preciosa da Coroa do Redentor! É um para-raio a desarmar o braço da Ira de Deus

Marchi avalia ainda que esta talvez seja uma das mais diretas manifestações acerca da mulher santa, a consagrada a serviço da Igreja e de Deus. Naturalmente neste, como noutros documentos produzidos pela Igreja, a imagem da mulher agrega uma concepção mais ampla, a da sociedade, em que à separação homem-mulher, somam-se outras, entre bons e maus, entre virtudes e pecados, prevalecendo, assim, a imagem de “Evas”, embora se busquem as “Marias”.

O sexo deve obedecer à ordem divina que diz: “Crescei e multiplicai-vos”, no entanto, configura-se como um território de pecado, por isso as mulheres são, de acordo com Bakhtin, circularmente, santas e pecadoras, de tal forma que, em determinados momentos prevalecem as santificadas, mas nos demais, as pecantes. E vale lembrar que, mesmo aquelas que se enclausuram, carregam, ainda que em menor parte, uma parcela de suspeita.

Pierre Bourdieu ao estudar a estrutura dos discursos aponta que muitos deles, institucionalizados, tornam-se ordenativos, estabelecem normas e impõem restrições porque “os discursos não são apenas, a não ser excepcionalmente, signos a serem compreendidos, decifrados; são também signos de riqueza a serem avaliados, apreciados e signos de autoridade a serem acreditados e obedecidos”¹³.

Nesse sentido, o clero quer ser respeitado mas, sobretudo, obedecido. Os bispos, autoridades legitimadas e responsáveis pelas diretrizes pastorais, possuem na verdade um duplo poder: o de ordenar e o determinar a forma pela qual suas determinações devem ser entendidas. É ainda

¹¹ MARCHI, E. De Santas a Suspeitas e Pecadoras. *Significação*. N.14, Nov. 2000, pp. 242-253. ISSN: 1516-4330.

¹² Igreja Católica, Bispos, 1915, n. 1385, p. 349.

¹³ BOURDIEU, P *A Economia das Trocas Lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 53.



Bourdieu que nos ajuda a entender essa situação impositiva, quando diz que, “assim, o ato de instituição é um ato de comunicação de uma espécie particular: ele notifica a alguém a sua identidade, quer no sentido de que ele a exprime e a impõe perante todos, (...) quer notificando-lhe assim com autoridade que esse alguém é e o que deve ser” (1996, p. 101).

Por isso, o discurso católico não usa de subterfúgios quanto à separação entre os sexos, nem quando categoriza todas as mulheres como suspeitas, desde as meninas, aprendizes do catecismo, às mulheres no recesso doméstico, todas são, em princípio, perigosas. Por isso, é necessária, continuamente, uma atenção especial para que não se tornem objeto de pecado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da aparente dicotomia entre Eva e Maria, é surpreendente como o Cristianismo reconhece uma ligação entre essas duas mulheres no que diz respeito ao próprio nascimento de Jesus Cristo. Maria assume-se, de certa forma, como portadora de uma nova esperança, no sentido em que o ato de desobediência e rebeldia de Eva é redimido por Maria, através do nascimento do Filho de Deus, tido como o Salvador da Humanidade.

Se por um lado permanece um enigma histórico, de difícil compreensão, por outro, aos olhos da fé, Maria transformou-se em um ideal feminino, devotado por multidões e uma das personalidades mais proeminentes do cristianismo.

A partir das muitas influências do campo religioso-teológico, procuramos abordar a representação cultural de Maria, enquanto um paradigma, mas a questão a ser respondida é: como encarar a suposta superioridade espiritual feminina, quando as mulheres carregam, todas, o estigma do pecado?

Tomando com ponto de partida uma perspectiva que contempla a interiorização de imagens e a construção da identidade feminina no processo de interação, sobretudo ao que diz respeito aos papéis e práticas sociais perante a visão da Igreja, vale questionar acerca desse paradigma

Nesse sentido, ganha importância a discussão acerca da auto-percepção das mulheres que modelam modos de ser, perpetuando a definição de uma estrutura da ordem masculina que se contrapõe à ordem feminina.

Enquanto Eva é menosprezada no discurso eclesiástico, Maria é a encarnação da redenção. Eva é a representação de que as mulheres são herdeiras de sua natureza imperfeita e pecaminosa, enquanto Maria é o ideal a ser alcançado, fundamentado em conceitos como santidade, virtude, obediência, e fé. Redentora do pecado da primeira mulher, Maria é a Virgem, e é a Mãe do Filho de



Deus, por isso, assegura a possibilidade de salvação, tanto de todas as Evas, quanto de todos os filhos gerados por essas Evas.

A Igreja Católica, neste contexto, favorece, através de seus discursos, a construção de todo um conjunto de referências mentais em torno do universo feminino – do que é e do que deveria ser – baseado não, necessariamente, em uma dicotomia, mas, sobretudo em uma alternância, em que, ora prevalece uma, para logo em seguida, ceder lugar à outra. Eva e Maria, Maria e Eva, continuamente presentes nesse “caldo cultural”, não se excluem, antes se complementam.

A dupla imagem de Maria e de Eva alimentou os fantasmas de gerações de católicos. O caráter inconciliável da maternidade e do sexo, os modelos de Santa Mãe e da imagem da decadência feminina teceram a tela de fundo do imaginário das sociedades católicas.

Eva sem Maria representa a perdição e, portanto, o aniquilamento, mas, por outro lado Maria sem Eva, também não sobrevive, não procria. A sacralidade de Maria necessita da profanidade de Eva, e esta sem Maria, seria só perdição, sem qualquer oferta de redenção.